

## ESPAÇO, TERRITÓRIO E UMA EPISTEMOLOGIA EXISTENCIAL<sup>1</sup>

Entrevistada:

**María Laura SILVEIRA<sup>2</sup>**

Entrevistadora:

**Ana Cristina da SILVA<sup>3</sup>**

**Ana Cristina:** Merleau-Ponty disse no ensaio *A dúvida de Cézanne*: “É certo que a vida não explica a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que essa obra por fazer exigia essa vida”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual?

**María Laura:** Olha, não sei, quando a gente conta a história retrospectivamente, tende a encontrar algumas coerências, alguns fios condutores que não sei se quando vivemos existem, mas é uma interpretação que fazemos em função do todo. Nasci na região metropolitana de Buenos Aires e, quando ainda era criança, nos mudamos para o sul [da Argentina], pelo trabalho do meu pai. Tenho a impressão de que aquela emigração, que aconteceu cedo na minha vida, teve um papel importante, porque foi numa época em que os lugares não eram parecidos. É uma distância grande (1.200 km) de Buenos Aires, outra forma de organização do espaço, da sociedade, da vida, as pessoas que você deixa, a família, a escola, os amigos, e vai para outro lugar, onde tudo é novo. Quando chegamos lá, não havia ainda muitos imigrantes – depois teve uma verdadeira “avalanche” de gente –, de modo que essa sensação de que se estava num “lugar novo” foi forte. Eu era pequena, mas acho que isso teve um papel. Como todo migrante que sai de um lugar ao qual pode voltar, voltávamos muito. Quando se emigra por questões econômicas ou pessoais, pode-se retornar para o seu lugar. Quando se vive no exílio não se pode voltar.

**Ana Cristina:** Ou pelo menos tem a esperança de poder voltar.

**María Laura:** Ou faz isso com frequência para ver a família. Acho que isso de ir e voltar, a viagem que era de carro ou de ônibus, enfim, esse movimento deve ter tido algum papel na minha cabeça, no sentido de perceber espaços diferentes, organizações, cidades, atividades produtivas diversas. A questão é que desde cedo gostei de Geografia. Creio que com o tempo fui configurando essa vocação para fazer curso de Geografia. Também não tinha um leque muito grande de cursos naquele momento na região em que morávamos.

**Ana Cristina:** Não existiam tantas opções?

**María Laura:** Acho que era uma determinação do lugar. Não estava muito decidida a ir embora para estudar. Mas não é que estudei Geografia porque não tinha outra coisa. Estudei porque tinha gostado na escola. Num determinado momento na graduação, achei que não era bem aquilo. Tive uma sensação de que o que eu queria mesmo fazer era Filosofia. Aí é que as coisas todas voltam, já sabia do meu gosto pela Filosofia, porque estudei na escola. Mas lembro que, quando entrei no terceiro ano, na faculdade, a crise passou e comecei a gostar de novo. Tinha Geografia urbana, agrária, teoria e método. Ah, me encantei! E, desde cedo, comecei a trabalhar em pesquisa, tive bolsa de iniciação [científica], vida universitária mesmo. Como na Argentina havia cátedras e se prestava concurso como monitor, auxiliar, assistente, me engajei nesse sistema. A minha inserção foi ainda como estudante. Naquele momento, no final da década de [19]80, não tínhamos quase vínculo nenhum com o Brasil, nem com a América Latina.

**Ana Cristina:** Qual foi o motivo da migração, da região metropolitana para o sul? Qual região da Argentina?

<sup>1</sup> Entrevista realizada como “fonte oral” para a pesquisa de tese de doutorado: *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias*, sob a orientação da doutora Eda M. Góes. Realizada no dia 10 de dezembro de 2008 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em São Paulo.

<sup>2</sup> Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), à época. Atualmente é professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) na Argentina.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Professora no curso de Geografia do Instituto de Estudos Sociambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). ana@iesa.ufg.br

**María Laura:** Foi aquela que estudei na tese de doutorado, o norte da Patagônia.

**Ana Cristina:** Ah, aquela da Patagônia! Conheci o extremo sul, Ushuaia!

**María Laura:** É a mesma região da tese, só que trabalhei o norte dela.

**Ana Cristina:** Mesmo no extremo sul da Patagônia, por exemplo, Calafate, percebo que há também diferenças.

**María Laura:** É bastante diferente, menos urbanizada, mais isolada, ainda que com atividades produtivas modernas. Nesse momento, a pós-graduação na Argentina não era tão sistemática como aqui, a oferta de cursos e disciplinas era incomparável e eu queria continuar estudando. Gostava e sempre gostei da chamada Geografia Humana. Decidi que queria fazer pós-graduação. Era muito forte a influência europeia. A Geografia era, sobretudo, a francesa. Também era forte a influência alemã, mas acho que não tive muito isso. É verdade que liamos alguns autores como Otremba, que tinha sido traduzido para o espanhol. Queria continuar estudando e sair, ver outras coisas. O destino que quase todos imaginávamos era a Europa. Fui me preparando, pensava em ir para a França, só que nesse meio-tempo conheci as coisas que se faziam aqui e, principalmente, as coisas do Milton [Santos]. Minha orientadora, Ana María Goicoechea, conhecia o professor Milton pessoalmente. Na década de 1970, o professor uruguaio Tróccoli, vinculado à Geografia crítica, foi nomeado chefe do Departamento de Geografia na *Universidad Nacional del Comahue*, na cidade de Neuquén, ainda durante o governo democrático. Ele organizou o segundo Encontro de Geógrafos Latino-Americanos – o primeiro tinha sido na cidade uruguaia de Salto –, e o professor Milton foi lá. Naquela ocasião, a minha orientadora o conheceu pessoalmente e a partir de então foi acompanhando sua obra. Mais tarde, ela participou no EGAL de Águas de São Pedro, no final da década de 1980, e voltou com uma porção de livros de geógrafos brasileiros e, entre eles, os livros do Milton. Comecei a ler, não sabia português, comecei a tentar a ler, enfim, e me apaixonei por aquilo. E disse: “é para o Brasil que eu quero ir”. O professor Milton esteve em Buenos Aires e Neuquén e perguntei, assim, na maior ousadia, se poderia vir estudar aqui com ele. Ele me explicou como era o processo de seleção da pós-graduação e fui me preparando. Demorei uns dois anos. Prestei e vim estudar com ele. O impacto de morar aqui teve um papel fundamental na minha cabeça. Creio que hoje a minha percepção das coisas é mais brasileira do que argentina.

**Ana Cristina:** Quando pensei em entrevistá-la, diria que é “mais brasileira do que muitos brasileiros”, um exagero, um “abuso de linguagem”, pela forma como assumiu o trabalho aqui, pela contribuição, pelo fato de pensar a sociedade brasileira, o território.

**María Laura:** Cheguei ao Brasil em 1991. Trabalhava lá [na Argentina] e tive uma licença para estudar aqui. Por isso tive acesso e condição de parar para estudar e aproveitar muito mais. O departamento aqui era uma festa e fui muito bem recebida. Tive o privilégio de trabalhar com o Milton. Era estudante em tempo integral. Gostei do lugar assim que cheguei, mas nem por isso deixou de ser um impacto.

**Ana Cristina:** Há rivalidade entre brasileiros e argentinos. Talvez não na Geografia, mas no futebol é acirrada.

**María Laura:** Temos uma série de determinações históricas em comum, mas não deixa de ser um impacto. Evidentemente, a cultura é diferente, assim como a sociedade. O contacto com o diferente faz crescer muito.

**Ana Cristina:** Não enfrentou resistências? Porque pessoas próximas a personalidades como o professor Milton acabam, no nosso ambiente, também angariando desafetos. Como ele mesmo disse numa entrevista no livro *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, num primeiro momento, assim que retornou ao Brasil, foi até bem recebido, as ideias dele foram bem recebidas. Depois não, e aquele projeto que poderia ter seguido coletivamente ficou mais individualizado. Você não encontrou resistências pelo menos não de forma explícita?

**María Laura:** Não tenho essa impressão. Realmente fui muito bem recebida aqui. Agora, acho que aqui, como em toda parte, uma coisa é você chegar num lugar como estudante e outra é se instalar como professor. Nesse momento havia estudantes de diferentes lugares: a Perla Zusman e a Mónica Arroyo, da Argentina, a Gloria Vargas, da Colômbia, a Delfina Trinca Figuera, da Venezuela. Fomos muito bem recebidas, com muito carinho e com uma atenção muito especial, sabe?!

**Ana Cristina:** A Rita [de Cássia Ariza da Cruz] comentou numa resenha sobre aquele livro [*Processos territoriales entre Argentina y Brasil*] organizado pela Ana Fani [Alessandri Carlos e Rodolfo Betoncello] que havia, nos anos [19]80, um intercâmbio e um convênio da USP [Universidade de São Paulo] com a Universidade de Buenos Aires [UBA]. Arrefeceu, depois, na década de [19]90, e ela agora estava comemorando o fato de que o livro era a retomada desse vínculo com a Argentina. Porque parece que havia mesmo esse intercâmbio não só de pesquisadores, mas de estudantes, conferencistas entre o Brasil e a Universidade de Buenos Aires.

**María Laura:** Na década de [19]80, é verdade. Com a UBA [Universidade de Buenos Aires]. Só com a UBA. Acho que mais os professores do que os estudantes. É verdade. Depois, só ficou em contatos informais, mas nos últimos anos houve uma vontade de retomada e um convênio.

**Ana Cristina:** Não houve trabalhos seus anteriores que tivessem uma relevância? Antes de trabalhar com o ensino superior?

**María Laura:** Sim, mas não aqui. Na Argentina.

**Ana Cristina:** Mas nada que pudesse dissuadi-la de optar pela carreira de professora?

**María Laura:** Ah, entendi! Não, não. Trabalhei muito pouco na escola, lecionando música, e depois trabalhei para o Ministério da Educação. Elaborávamos diagnósticos geográficos sobre algumas cidades, que seriam utilizados como subsídios na tomada de decisões sobre a escolha de determinados cursos técnicos que seriam implantados. Mas foi por meio da universidade que cheguei a esse trabalho.

**Ana Cristina:** E da música?

**María Laura:** Da música, porque estudei piano muitos anos. Fui dar aulas de música enquanto fazia Geografia, mas foi pouco tempo.

**Ana Cristina:** Ainda cultiva?

**María Laura:** Infelizmente não. Mas pretendo retomar.

**Ana Cristina:** Na família há alguém que tenha se interessado também por Geografia?

**María Laura:** Não.

**Ana Cristina:** Houve alguma pessoa que pudesse ter-lhe influenciado, além dos professores?

**María Laura:** Não. Na verdade não. Meu irmão fez Geofísica, mas é uma disciplina mais distante.

**Ana Cristina:** Qual era a profissão de seus pais quando migraram e teve alguma influência na migração de vocês?

**María Laura:** Sim. Meu pai sempre trabalhou em áreas técnicas, indústrias de papel, celulose, embalagens. Foi pelo trabalho dele que saímos de Buenos Aires.

**Ana Cristina:** Essa fase que você fala do interesse de vir para o Brasil coincide, um pouco, com o que estávamos vivendo no Brasil, o refluxo do *boom* dos anos [19]80, da chamada “Geografia crítica”. Não sei se na Argentina o movimento teve o mesmo impacto que teve aqui. Haja vista as rupturas que aconteceram no

interior da AGB, muitos geógrafos que eram militantes de esquerda, não só nas centrais de trabalhadores, mas também vinculados a partidos políticos, muitos militavam na clandestinidade. A Geografia crítica ocorreu num momento de crise. Carlos Walter [Porto Gonçalves] chegou a escrever: “A Geografia está em crise, viva a Geografia”. Não sei se na Argentina aconteceu isso também. Você chegou a perceber?

**María Laura:** Tenho a impressão de que percebi depois. Havia uma certa Geografia muito reacionária, com professores em cátedras importantes e também em alguns cargos no Estado. Mas havia alguns jovens com uma cabeça mais crítica, marxista, que tiveram alguma dificuldade em se instalar como professores. Creio que na UBA isso foi mais forte do que em outros lugares. Durante a ditadura militar não havia concurso. A abertura democrática, em 1983, foi um processo interessante, porque se instalaram, por exemplo, “cátedras paralelas” às cadeiras oficiais. Houve uma efervescência. O diálogo com o Brasil foi, sobretudo, com a Geografia crítica.

**Ana Cristina:** Perguntei, com relação a sua vivência, porque aqui a Geografia crítica também funcionou como um momento de contestação da ditadura militar. Pelo menos a impressão que os geógrafos brasileiros desse período dão é a de que as lutas eram coesas. Como se a Geografia tivesse uma tarefa de, como disse Ruy Moreira, “desvendar máscaras sociais”.

**María Laura:** O que posso dizer, da minha própria vivência, é que tive uma formação clássica. Tive alguns bons professores na universidade, preocupados com o rigor. Os clássicos não estavam ausentes na graduação. Não é que não estudássemos marxismo no curso, mas estava mais presente nas demais Ciências Sociais e na militância política do que no currículo do curso de Geografia. Mas ninguém fazia discurso contra. Fiquei encantada com aquela perspectiva crítica dentro da Geografia, para mim era nova.

**Ana Cristina:** Você não era de uma militância política, de uma vida política?

**María Laura:** Não, não. Participava como estudante na política universitária, isso era outra coisa, era aquela coisa do centro acadêmico (discussão política, mudança de currículo, xerox mais barata etc.).

**Ana Cristina:** E esse trabalho com o professor Milton Santos: você fez o mestrado lá e depois fez o doutorado aqui ou foi direto para o doutorado?

**María Laura:** Vim para fazer o mestrado, mas fiz o doutorado direto.

**Ana Cristina:** Com a orientação do professor Milton Santos?

**María Laura:** Foi.

**Ana Cristina:** Por que você escolheu essa região da Argentina?

**María Laura:** Bom, o Milton costumava brincar que não tínhamos que fazer a tese sobre a “terra da tia ou da avó”, o lugar que mora, ele logo me disse isso. Mas era uma região que eu havia pesquisado quando estava na universidade, na Argentina. Me parece que não tive dúvidas sobre o tema, provavelmente tenha sido a necessidade de ter segurança empírica diante de uma mudança tão grande, de país, de vida, de perspectiva teórica, enfim. Não sei, talvez, é uma interpretação que faço hoje. Mas no início pretendia estudar circuitos regionais de acumulação. O professor Milton insistiu que eu devia ter um tema inteligente. Com um tema inteligente, ele dizia, “você ganha uma cultura geográfica e ganha perspectivas, aumenta as suas leituras, suas indagações. Não tem que pesquisar um ‘teminha’ fechado que não permite avançar teoricamente”.

**Ana Cristina:** Fica numa pesquisa que não avança no sentido da formação intelectual.

**María Laura:** Exato. Acho também que era muito forte em mim a perspectiva dos circuitos regionais da acumulação, bem presente em várias disciplinas da graduação, assim como uma perspectiva urbana a partir de Castells. Creio que aos poucos fui mudando e tornando mais complexo o problema da pesquisa e mais

atual meu enfoque, e me interessava trabalhar com a ideia de região. Havia uma coisa que me martelava na cabeça: não queria fazer um estudo clássico da região, à francesa, de vegetação, morfologia, população.

**Ana Cristina:** Você acha que realmente não fez?

**María Laura:** Como não fazer aquela superposição? Como fazer diferente disso? Aquelas duas províncias que trabalhei não eram vistas como uma região. E, além da ideia mais tradicional de Patagônia, havia sido criada como região de planejamento na década de 1960, a região Comahue, no centro-sul do país, incluindo o norte da Patagônia. Já era um primeiro desafio, porque a minha delimitação não era uma região conhecida como tal. Fui pensando que a região podia ser vista a partir das suas funções na divisão territorial do trabalho, atividades econômicas definidoras que chamei de “problemas”. O primeiro problema era a fruticultura, porque lá, historicamente, teve produção de frutas para exportação, mas não era trabalhado especificamente como um tema agrário, porque é uma região bastante urbanizada, as cidades são muito próximas umas das outras e comandando as atividades rurais do seu entorno. O segundo problema era a produção de energia hidrelétrica. Foram construídas grandes obras que deram uma projeção para a região. O terceiro problema era o turismo. Depois da tese pronta, me dei conta de que a ideia que estruturava o esquema era a de “situação”. Foi mais tarde que escrevi um texto sobre isso. Acho que vi aquela região como “situações”, embora eu falasse de problemas. Lembro que, até quando fui me preparar para a defesa, aquilo me chegou com mais força. Também devo dizer que o professor [Milton Santos] terminou a redação do livro *A natureza do espaço* entre 1995 e 1996, quando eu estava fazendo a minha tese. Nesse livro a ideia de situação foi proposta.

**Ana Cristina:** É por isso que dá a impressão, quando você fala das modernidades, que já estava antevendo esse conceito com uma clareza maior que é o “meio técnico-científico-informacional”, talvez a mudança de meios, mas não necessariamente pelo espaço como algo abstrato, mais pelo viés da região. Quando lemos sua tese pela primeira vez não temos essa ideia de que você está falando de região da forma clássica, como tradicionalmente é estudada.

**María Laura:** Quando cheguei aqui, os alunos de pós-graduação do professor Milton, que eram o Manoel Lemes, a Denise Elias, a Cilene Gomes, o Sérgio Gertel e outros, já estavam mais maduros do que eu. Eles tinham feito mestrado com ele e trabalhado diferentes regiões. Na época, a preocupação do grupo era ver as manifestações do meio técnico-científico-informacional nos lugares de interesse da pesquisa, sobretudo, no Estado de São Paulo. Acho que isso teve também um papel importante para minha formação. Demorei um tempo para me libertar da preocupação de como encarar a região. Não encontrava um plano de tese, de redação final da tese, embora eu soubesse o que não queria fazer. Quando se é jovem há aquela atitude de revolta contra o que está estabelecido, de negação. Eu sabia que não queria pôr limites, embora houvéssimos discutido bastante que aquelas duas províncias constituíam uma realidade interessante e havia uma conveniência metodológica em função dos dados, estatísticas e do tempo que teria para fazer. Havia alguma coisa que me incomodava e não conseguia resolver. Precisava levar em conta, ao mesmo tempo, a formação socioespacial argentina e a região. Foi difícil chegar a isso. Também não sei se ficou satisfatório, mas consegui chegar, e o que me inspirou foi a ideia do professor Milton sobre a “ordem global”, a “ordem total”, além de vários filósofos que ele próprio foi me indicando como Simondon, para discutir a técnica. Um autor muito marcante foi Bernard Kayser. Creio que consegui encontrar o fio do relato quando entendi que a totalidade que explicava não era a região, mas a formação socioespacial.

**Ana Cristina:** Acho que é um traço interessante, porque, às vezes, quando se começa a trabalhar com o conceito de formação econômico-social, acaba-se caindo no território. As pessoas tomam mesmo o conceito desenvolvido pelo professor Milton como sendo o território nacional. Nem todo mundo faz o caminho que você fez: trabalhar a região fazendo esse movimento com a formação, as escalas e os conceitos.

**María Laura:** A própria ontologia do lugar me ajudou, porque era uma região praticamente vazia, antes da ocupação a partir de Buenos Aires com a técnica, a ferrovia. Evidente que havia civilizações indígenas, mas rapidamente foram expulsas e encurraladas contra a Cordilheira. Não houve grande resistência. Creio que o processo histórico particular da região me ajudou a entender essa ação simultânea, porque essa região foi o resultado claro da própria expansão de Buenos Aires para o interior.

**Ana Cristina:** É o elemento empírico também, não é?

**María Laura:** É. Numa cultura nativa muito mais forte talvez não tivesse sido tão visível esse diálogo entre região e formação socioespacial.

**Ana Cristina:** Depois vem o livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* [2001]. Como foi o processo de elaboração desse livro? Porque ele teve um impacto muito grande na Geografia brasileira. Dá a ideia de que faltava uma “geografia do território brasileiro”, que essa era uma tarefa da Geografia. Talvez ainda continue sendo. Parece que havia essa ideia de início, no livro. Ele foi premiado, também foi, de certa forma, criticado um pouco pelo conjunto de dados, de mapas, enfim. Existem várias leituras sobre ele. Como foi esse trabalho?

**María Laura:** Eh! Começamos a trabalhar em [19]96 com um projeto da ANPUR e depois o projeto teve financiamento da FAPESP e do CNPq. Era um longo projeto do professor Milton. Ele tinha uma pesquisa empírica enorme, de vinte anos, que aproveitamos nesse livro. Havia toda uma investigação histórica do território e, a partir 1996, eu começo a trabalhar com ele na interpretação. Organizamos um levantamento de novos dados, com uma equipe que chegou a ter vinte pessoas, bolsistas, mestrandos, doutorandos. Fizemos uma “varredura” do território. Nossa ideia era mostrar esse espaço, esse meio técnico primeiro e o meio técnico-científico-informacional depois, o território tal como usado no presente. Uma interpretação do Brasil, “fazer falar a nação pelo território”, porque de certa forma foram abandonadas as interpretações nacionais. Também vale a pena lembrar que, na década de [19]90, era grande a moda da pós-modernidade.

**Ana Cristina:** No Brasil chegou um pouco depois que na Europa.

**María Laura:** Os pequenos relatos. Acho que o próprio Milton queria mostrar uma interpretação do território brasileiro que ele havia anunciado no livro *A urbanização brasileira* e nos dois livros que fez sobre São Paulo, mas faltava ainda uma visão mais abrangente do território nacional. Mas como escrevemos na introdução, é um esforço teórico-empírico. Em nenhum momento tentamos ser exaustivos, não podíamos, não tínhamos recursos humanos, nem financeiros, nem o tempo para fazer isso. Trabalhamos com a escala do Estado, sabíamos muito bem que o sul e o norte de Minas [Gerais] são bastante diferentes, por exemplo, mas não podíamos trabalhar com a escala municipal. Pensamos que isso não era um impedimento para uma interpretação do país. Entendíamos também que oferecíamos uma proposta de método, uma forma de dizer que o que havia sido elaborado no livro *A natureza do espaço* pode ser operacionalizado para o território nacional. Não imaginei que iria ter essa repercussão e que tantas teses seriam feitas pegando algumas pontas do livro. No entanto, o livro é bastante empírico e, ao mesmo tempo, bastante ambicioso, porque quer explicar um país continental com dados, porque poderia ter sido uma coisa mais qualitativa. Mas, ao mesmo tempo, é uma forma de dizer: “é assim que se pode trabalhar com os dados, apontar tendências, tentando mostrar estas filigranas do território brasileiro, essa forma que o território foi sendo usado”. E a divisão regional, proposta como um resultado dessa análise do território, foi uma das ideias mais retomadas. Não imaginávamos, até porque não consideramos que essa seja a principal contribuição do livro.

**Ana Cristina:** Talvez também pela tradição da Geografia brasileira, desse apego à “região” da Geografia francesa clássica. Acho também que teve a questão da cartografia. Uma cartografia talvez um pouco mais rigorosa, mas já foi um avanço, porque a ideia que se tinha era de que é um traço muito nosso separar a elaboração teórica do empírico, de taxar um determinado pesquisador como teórico. Além da atualidade, os dados estavam muito presentes, havia essa questão de uma outra visão de região, de pensar que o Brasil tem, por exemplo, uma “região concentrada”, que uma outra periodização era possível, essa ideia dos meios, “meio natural”, “meio técnico” e “meio técnico-científico informacional”, que na época foi o que nos chamou bastante a atenção. Não é uma periodização baseada na economia nem na política. É uma proposta que não sei até que ponto foi explorada. A avaliação que você faz do livro é positiva?

**María Laura:** Ah, sim, completamente! Porque acho que ele teve um papel de introduzir um debate, e de mostrar a operacionalidade de uma proposta teórica. Estou cansada de ouvir falar, e você também já deve ter ouvido, que a teoria do Milton é interessante, mas não é aplicável. Penso que é uma falta de entendimento da teoria, porque essa teoria contém um método. Isso me parece que ficou claro no livro, porque, quando

falamos da técnica como conteúdo constitucional e normativo do espaço, estamos fazendo uma proposta de método, isto pode ser dito, pode ser aplicado no Brasil. Essa ideia de fazer “falar a nação pelo território”.

**Ana Cristina:** É uma frase de efeito também, mas não é apenas uma frase, é uma tese!

**María Laura:** Porque é verdade. Não há uma sociedade pairando sobre um cenário, não há indicadores macroeconômicos pairando sobre o território. Na verdade, há novos conteúdos que cada período histórico vai trazendo, que se particularizam em formas e se agregam ou refazem as formas preexistentes. Não há uma sociedade nacional *per se*; ela se particulariza nos lugares. Isso me parece que é fazer “falar a nação por meio do território”, quer dizer, o Brasil é o Brasil em Goiás, em São Paulo, são “diferentes Brasis”, mas todos fazendo parte de uma formação socioespacial. Isto é interessante, porque mostra que essa economia está se desenvolvendo, está em movimento, se faz a partir de hierarquias regionais que mudam – porque um dia temos que nos convencer de que o espaço está em movimento, é movimento. O fato de ter feito uma periodização, creio que tem um valor também, um valor sintético, retoma grandes pensadores e mostra a importância que, para nós, tem a gênese do território. Não contamos uma história social, econômica, contamos uma história territorial, quer dizer, esse processo de reconstrução permanente do território. É a formação socioespacial. Se a palavra não aparece muito, a ideia permeia o livro. A ênfase no presente é a formação socioespacial hoje, enfim, o “território usado” hoje.

**Ana Cristina:** Foi outro conceito de difícil assimilação. “Território usado” parecia uma redundância, mas talvez seja a dificuldade mesmo de fazer esse intercâmbio com tantas dimensões e tantos conceitos para poder entender o que se estava dizendo por “território usado”.

**María Laura:** Foi uma ideia que o Milton propôs em 1994 no texto *O retorno do território*.

**Ana Cristina:** Um texto bastante emblemático dos anos [19]90. Pelo menos para mim figurou como um texto emblemático, porque é como se ele tivesse percebido, com muita clareza, que havia a necessidade de mostrar como território e espaço estão imbricados. Não resolve falar que ele devia precisar mais, demarcar mais o território do espaço, porque o movimento e o liame são tão tênues, que aparece como uma questão de menor importância.

**María Laura:** Torna-se uma discussão semântica, às vezes. Queríamos mostrar os “usos” do território. Estávamos trabalhando com essa ideia de “território usado”. Acho que é outra coisa que o livro também permitiu: mostrar na prática que toda teoria tem certa intercambialidade de conceitos.

**Ana Cristina:** E ter uma perspectiva um pouco de sistema, a teoria, mesmo. Desse tempo que está aqui, trabalhando nesses projetos com o professor Milton, agora tem os seus, você acha que é possível falar de uma “Geografia brasileira”? Não numa perspectiva ufanista, mas algo que tenha uma identidade, expressividade que se possa dizer que existe uma Geografia brasileira, um pensamento geográfico brasileiro?

**María Laura:** Creio que sim. Não sou especialista no assunto, em história do pensamento geográfico [risos], mas acho que sim. Dizemos que há uma Geografia francesa, mas se você perguntar a um francês ele pode dizer que não, que é algo de quem vê de fora. Mas há, aqui, um dinamismo. Há, aqui, uma produção e um consumo de Geografia que têm alguns traços em comum. Apesar de haver, e é saudável que isso exista, divergências teóricas muito fortes, mas me parece que há uma Geografia brasileira no sentido de que, de baixo para cima, há uma vontade de explicar o movimento. No Brasil, continua me impressionando o movimento. É uma sociedade em permanente movimento. Acho que isto está de uma forma mais ou menos presente em tudo que se faz aqui na Geografia. Por outro lado, que não é menos importante, há certo reconhecimento, de cima para baixo, do ponto de vista da institucionalidade, há muitos cursos de Geografia, mestrado, doutorado, bolsas, enfim. A Geografia é uma área reconhecida institucionalmente. Claro, queremos mais, sempre se sente inferior diante da Sociologia, por exemplo. Mas se você olha esse reconhecimento institucional da Geografia, no Brasil, comparado com outros países, é forte. Parece-me que estamos fazendo uma verdadeira Geografia que tem a ver com a nação. Não sei se é uma visão muito otimista, mas quando você vê, lê, escuta outras perspectivas geográficas feitas noutros países, a sensação que tenho é que não há uma implicação tão grande entre realidade nacional e produção de uma Geografia; há muito mais influência externa.

**Ana Cristina:** Acho que há o papel do professor Milton Santos ao dar uma visibilidade muito grande à Geografia brasileira. A impressão que tenho é a de que, além do reconhecimento, é possível fazer uma Geografia não só comprometida com a nação, mas que tenha também uma dimensão universal. Há essa tentativa de pensar o Brasil, mas de pensar também a ciência, uma teoria geográfica.

**María Laura:** Há sim, estou de acordo, uma teoria geográfica. Há, no Brasil, uma vontade de teorizar em Geografia, isto é, de pensar as categorias, repensá-las, substituí-las. Não é uma Geografia cristalizada. Não é uma Geografia que tenha que obedecer a categorias instaladas. Aqui não há esse traço. Acho que também pelo fato de ser uma nação jovem, uma disciplina que é antiga, mas também é jovem, do ponto de vista de sua institucionalidade, é menos obediente às coisas instituídas. Creio que, na América Latina, é o que mais conheço, a Geografia, no Brasil, é mais teórica do que nos outros lugares. Mas há também as dimensões da Geografia, no Brasil, pelo número de centros de ensino, de professores e estudantes, que garantem uma discussão ampliada. Há um dinamismo, encontros frequentes, há a possibilidade de pôr as ideias em confrontação.

**Ana Cristina:** Quando fala das diferenças, você vê vínculos muito fortes da Geografia brasileira com a cultura brasileira? As pessoas que veem de fora têm um tipo de percepção que é diferente do “olhar dos de dentro”. Mas quando fala que é uma sociedade em movimento, você acha que existe um vínculo forte entre a cultura brasileira e a Geografia que se faz aqui?

**María Laura:** Acho que tem. Vou pegar a ideia de cultura do Armando Corrêa da Silva, no sentido largo do termo. Porque, veja: se pensarmos os grandes temas da Geografia brasileira, eles têm esse envolvimento, essa percepção. Por exemplo, a Geografia urbana brasileira é muito forte, há muitos trabalhos sobre metropolização e industrialização. [O Brasil é] um país que se urbanizou, se comparado com outros do próprio continente, tardiamente. As nossas cidades cresceram juntas, aceleradamente, a urbanização confundiu-se com a metropolização, muitas vezes, pela relação dos processos, e isto é muito forte na disciplina. Há uma Geografia urbana que se preocupa com moradia precária, com favelas, com centros de cidades que envelhecem rapidamente, que se renovam. Tudo isso está na discussão. Essa questão que agora retomamos, dos dois circuitos [inferior e superior] da economia urbana, quer dizer, uma cidade que abriga quarenta, cinquenta por cento da sua população ativa naquilo que foi chamado de “setor informal”. Mas isto é a cultura, a ideia da “cultura territorializada” de que o Milton falava. A questão agrária – as famílias que migram pelo país, porque não têm terra e se organizam em movimentos sociais – é uma preocupação central da nossa Geografia agrária. Migrações. Que outros grandes temas? Na medida em que a Geografia brasileira começa a ter uma produção mais densa, começa uma maior preocupação com a história da disciplina. Acho que isso também é cultura, agora temos alguma coisa para contar do nosso próprio pensamento geográfico, da nossa experiência. Todos esses trabalhos que estão sendo feitos sobre infraestrutura, modernização da agricultura, expansão da tecnologia, gente e coisas que vão chegando aos lugares e à vida das pessoas. É a Geografia que explica isso. Uma Geografia do presente. Talvez por isso a Geografia atual seja tão dinâmica, porque o nosso território é muito dinâmico. Um território que não é velho como o território europeu. Movimentos do território, de certa forma mais lentos, talvez não provoquem tanta mudança de teorias e categorias.

**Ana Cristina:** E você chegou a fazer, durante este tempo que está aqui, uma distinção entre “escolas”? Não sei se você concordaria com essa distinção de que há uma Geografia “uspiana” e uma Geografia “carioca”. Falo isso pensando na institucionalização da Geografia e das influências. Não sei se você concordaria que há uma diferença e o que seria essa diferença. Algumas pessoas concordam que há diferenças de formação, temas de pesquisa, nas formas de abordagem, no diálogo com os autores, enfim. Paulo Arantes [filósofo] chegou a falar em uma “república ultramarina francesa” na Filosofia brasileira. É um elemento que chama a atenção, porque é muito presente no meio [acadêmico] geográfico.

**María Laura:** Ouvi falar muito sobre isso, mas eu não consigo perceber claramente. Creio que tem mais a ver com a coisa cultural do que com as próprias duas instituições. O que me parece é que elas são muito parecidas, no sentido de que as duas se atribuem – ah! é uma coisa complicada – o direito de pensar o país. Uma porque foi a Universidade do Brasil e depois a importância da USP. Creio que talvez seja um problema para as duas. Tanto no Rio de Janeiro como aqui, temos que pensar o Brasil, mas todos nós temos que pensar

o Brasil. Todos – cada centro de Geografia, cada programa – têm que pensar o Brasil, porque cada um tem uma interpretação do país visto do seu lugar, com todas as misturas e hibridismos desse lugar, como diz Doreen Massey. Nesse sentido, acho que as “escolas” se parecem porque as duas têm essa vontade um pouco “imperialista”. Mas me parece que os professores de lá [do Rio de Janeiro] foram para mais países diferentes.

**Ana Cristina:** Há influências norte-americanas, europeias, mas europeias divididas entre França e Espanha, Alemanha, por exemplo. A impressão que temos é que, enquanto eles abriram, a USP ficou um pouco centrada na Geografia francesa. Fiz uma entrevista esse ano com o professor Claval. Ele disse que a Geografia brasileira tem uma independência muito grande em relação à França, mesmo do ponto de vista da chamada “Geografia cultural”. Os temas que são trabalhados aqui não são os mesmos que foram trabalhados lá. Por exemplo, a questão do feminismo, de gênero. Ele comentou sobre como foi isso na França, o movimento feminista, enfim, e falou que mesmo os estudos de gênero, que aparecem bastante na Geografia cultural, não têm o mesmo viés, o mesmo foco analítico. Diante de tudo isso, o que é a Geografia hoje? O que é geográfico?

**María Laura:** Só para fechar a questão anterior. No Rio tem a UFRJ, a UERJ, a PUC. Creio que isso é uma coisa que aqui não tem. Dialogamos dentro do Estado, mas não temos várias universidades importantes na mesma cidade. Parece-me que é um dado importante, mas francamente não tenho essa percepção, talvez aí eu me mantenha estrangeira. Ah, desculpe Ana, esqueci a outra pergunta.

**Ana Cristina:** Eu havia passado para essa questão do que você considera que é a “Geografia” e o que é “geográfico”. Porque ao longo da própria história da Geografia essas concepções têm mudado bastante. Estou pensando nisso também, porque você tem trabalhado, não sei se minha interpretação está correta, muito no sentido de pensar uma “epistemologia existencial” para a Geografia. E ao colocar esta proposta, há também uma mudança na concepção do que é a Geografia e o geográfico, se compararmos com outras concepções. Estou querendo dizer que não dá muito para separar epistemologia da ontologia. A questão é muito nesse sentido.

**María Laura:** Exato. É uma ida e volta permanente, porque a ontologia, no sentido de uma ontologia particular, é também uma teoria do espaço e há a necessidade de revê-la, revisá-la, atualizá-la. Quando pergunto o que é o espaço geográfico, pergunto também ou deveria perguntar como posso conhecê-lo. E aí me parece que existe uma pergunta anterior, que é a do objeto da disciplina. Não precisamos coincidir em que o jeito de pensar a Geografia é este, ou mesmo coincidir na categoria que nomeia nosso objeto. A definição dessa categoria vai ser diferente, mas temos que ter um objeto. A sua percepção pode ser uma, a minha outra. Mas acho que não é uma questão menor. Me parece que senão caímos numa alienação de não saber o que se faz. Como estamos trabalhando? Com a ideia que o espaço geográfico, o “território usado”, é, justamente, esse conjunto da vida já cristalizada, da materialidade, da vida social, dos objetos e das ações sobre essa materialidade. Esse é, para nós, o objeto da disciplina. Para isso, temos uma categoria sintética que podemos denominar “espaço geográfico, território usado, meio geográfico”. Isto é o que a Geografia se propõe a estudar, mas vai trabalhar isto ao longo do tempo, nas respectivas funcionalizações neste ou naquele lugar. Então, tudo isso me parece geográfico. É geográfico aquele trabalho que permite manter uma coerência com o ontológico, com a realidade que estamos vendo e com a disciplina. Porque nunca seremos absolutamente obedientes às tradições disciplinares, mas se não retomamos a questão disciplinar, minimamente as categorias, nem que seja para criticá-las, o esforço não será coerente e útil. Aí entra um pouco essa “Geografia existencial”, essa ideia de que o problema não é a distância, é a existência, a situação, essa vida que se dá num lugar particularizado com condições materiais, políticas, normativas. É disto que se trata. Este é o problema, o “homem em situação”. Aí entram a técnica, a norma, a política, a cultura. Isso nos leva de novo à ideia de “espaço banal”. A existência se dá com todos os aspectos do espaço e com todos os atores do espaço. Essa é a nossa visão. Mas temos que ter uma definição, mesmo que seja mutante.

**Ana Cristina:** Estaria nesse trabalho a importância da Geografia hoje? Estou querendo perguntar o seguinte: qual é a “funcionalidade” da Geografia hoje, no mundo atual? Estou pensando nisso porque ela sempre foi vista como um saber estratégico, ou seja, a funcionalidade dela sempre esteve ligada a essa ideia de um saber estratégico, mas agora, quase terminando a primeira década do século XXI, como você está vendo isso? O que é possível vislumbrar em termos desse papel da Geografia no mundo atual?

**María Laura:** *A priori*, temos a convicção de que o que fazemos ou pretendemos fazer é absolutamente útil. A história se realiza nos lugares. A Geografia explica como o acontecer histórico tem a ver com os lugares. É uma disciplina cujos objetos se tornaram mais concretos e interdependentes, hoje, mais do que nunca, porque você tem lado a lado os lugares. É um caldeirão de eventos, e a Geografia pretende poder explicar como funciona esse mundo. É, *a priori*, de enorme utilidade. Por outro lado, creio que temos um grande problema de comunicação sobre o que produzimos e, portanto, de nos inserir em outros debates. É o encontro de uma linguagem, do vocabulário, da formulação dos problemas. Desse modo, às vezes, nos inserimos em discussões em que a formulação do problema não foi feita por nós, e o risco disso é nos tornarmos técnicos e também propor intervenções que não funcionam como sistema. Sou otimista, tenho a impressão de [que] temos uma bagagem muito maior hoje para participar do debate, mas não estamos fazendo isso. Por falta de visibilidade, por falta de uma linguagem comunicável. Não sei identificar bem, mas me parece que poderíamos estar mais presentes.

**Ana Cristina:** Isso acontece tanto aqui no Brasil quanto na Argentina, do que você consegue acompanhar?

**María Laura:** Acho que lá é pior. Me parece que aqui a Geografia tem uma maior visibilidade. Bom, agora estou falando mais de lá como estrangeira. Sabe essa questão do geógrafo fazer parte do CREA [Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura], de participar nos debates políticos como geógrafos? Creio que lá é menos importante.

**Ana Cristina:** Isso aqui é um problema, mas ao mesmo tempo é uma forma de inserção.

**María Laura:** É uma inserção social. A visibilidade do geógrafo que pensa a sociedade cresceu um pouco, mas é tímida ainda se comparada com o Brasil. Porque me parece que aqui, de um modo ou de outro, somos procurados pelos jornalistas, por exemplo, para opinar sobre um problema da cidade ou do campo. Não vejo muito isso lá [na Argentina]. Talvez, não sei, o peso das demais disciplinas sociais seja mais forte.

**Ana Cristina:** Fiz essa pergunta, porque existe outra, que me parece estar atrelada a essa. Não sei se você concorda, mas essa questão da inserção e da ação não estaria diretamente ligada à distinção que o professor Milton fez entre o pesquisador e o intelectual?

**María Laura:** Intelectual é quem tem a força de formular uma ideia e comunicá-la de forma independente, livre. É o livre-pensamento. Acreditar na força da ideia significa dizer que já está participando, não que você tenha que partir para a ação; a ideia já é uma ação. Isso é fantástico! Agora, creio que aí há várias coisas. Uma é a forma de organização política e institucional das nossas universidades. Estão “socavando” a possibilidade de que façamos isso, porque estamos a cada dia com mais trabalho burocrático, mais formas de mensurar o que fazemos. Isto é um problema. Isto nos afasta, porque ninguém mais tem tempo de sentar para pensar, para ler um pouco mais. Estamos num ritmo de trabalho fabril. É uma forma de impedir a capacidade de contemplação. Para sermos intelectuais, temos que poder contemplar. Não há mais condições materiais para isso. Uma, pela própria universidade; outra, pela própria vida, pelo apelo ao consumo, por termos que correr atrás para complementar o orçamento. Há uma perversidade sistêmica que nos afasta dessa forma mais livre de pensar. Pesquisa todos fazemos, até porque somos cobrados. E aí o pesquisador, me parece, passa a ser mais cobrado, de que o que ele formula tenha uma aplicação imediata. Quando você diz o problema é “este”, alguém pode ler a solução a partir do que você formula, e isso é bom, mas parece que se você diz o problema é “este” ficou na metade do caminho, porque era obrigado a propor alguma coisa. Creio também, Ana, que dentro da universidade há uma divisão do trabalho.

**Ana Cristina:** Uma privatização por dentro também, com relação às verbas, às dificuldades para montar os grupos de pesquisa, tocar a pesquisa para diante, os laboratórios, os equipamentos, enfim.

**María Laura:** Produtos, publicações. A sensação que tenho é que, nós e os nossos alunos, a cada dia temos menos capacidade para inventar. Porque se você precisa ter o artigo aprovado na revista, não pode sair falando muita coisa nova, tem que falar aquilo que já está sendo aceito pela comunidade. São formas sub-reptícias, que vão nos tirando a possibilidade de sermos intelectuais. Por outro lado, não sei, há uma geração que se pode dizer que são intelectuais, mas da qual ainda não pertencemos. Quero ser intelectual, mas não

sou intelectual, sou uma professora, talvez um dia chegue, não sei se chegarei. Acho que intelectual é um Manuel Correia de Andrade, não é isso?! Um Milton Santos [risos].

**Ana Cristina:** Nós os olhamos com certa veneração, admiração e veneração.

**María Laura:** Agora, creio que estamos a caminho. Estamos fazendo a nossa parte. Me parece também que vivemos numa época em que eles não viveram, com muita mais aceleração.

**Ana Cristina:** É a nossa época. Falei isso também pensando, considerando a vivência do professor Milton Santos na França. Ele declarou que admirava muito Sartre. E Sartre era esse “intelectual engajado”. Essa questão do intelectual e do pesquisador tem a ver também com o que se pensa hoje com relação à práxis e à utopia. Não sei como você tem visto essa questão, independente da militância, de partido político. Como você tem pensado essa questão hoje?

**María Laura:** Utopia. Se pensarmos utopia como projeto, não como uma idealização, ela é uma sucessão de práxis. Nessa sucessão, a práxis não pode ser feita na completa alienação. Há uma ação contingente e uma ação possível. Você exercita uma série de atos, ações contingentes, porque tem de sobreviver, manter um emprego como qualquer outro trabalhador. Mas você não pode se permitir a alienação. Você pode sonhar com outra realidade e tentar, a cada dia, trabalhar para isso, seja na militância política partidária, seja no seu trabalho na Universidade, ou nas duas coisas. O que não pode é eludir sua responsabilidade de interpretação das coisas que estão acontecendo. Tenho a impressão de que, nesse sistema em que estamos, é difícil a possibilidade de uma práxis mais revolucionária, mais próxima da utopia, mas pelo menos continuamos tendo condições de liberdade para trabalhar com os jovens, o que acho fantástico. Por outro lado, há uma coisa muito interessante, que é uma tendência mundial, mas que no Brasil ganha uma proporção forte: são as coletâneas. O que nos sistemas de avaliação cada dia vale menos. Mas, quando convidada por um colega para escrever um capítulo de livro, tenho absoluta liberdade para dizer o que penso. Agora, quando você manda um artigo para uma revista, talvez aqui no Brasil nem tanto, mas quando manda para o exterior, você tem menos liberdade teórica. Isso é interessante. Também é necessário retomar o livro de um único autor. O livro permite elaborar o pensamento mais longamente. São formas de práxis que não são alienadas. Podem parecer muito tímidas, mas postas no contexto do período em que estamos são transformadoras.

**Ana Cristina:** Como você tem visto a atuação dos geógrafos no Brasil?

**María Laura:** Vejo com alegria, porque são frentes que não podem ser ignoradas, com diferentes perspectivas teóricas. Mas temos uma interpretação geográfica da sociedade e isso é um insumo rico para uma discussão de problemas no campo, na cidade, o reflorestamento, os problemas indígenas. É fundamental. E aí voltamos à ideia anterior. Há uma divisão do trabalho que se faz por escolhas, por vocação e oportunidades na vida. O que me parece, vale a pena frisar, é o fato de que “temos de ter uma noção do objeto da disciplina”, da dimensão da disciplina, porque de outro modo não damos uma contribuição aos relatos que estão sendo feitos.

**Ana Cristina:** Estava pensando na conferência de encerramento da Semana de Geografia, em 2006, na UNESP, em Presidente Prudente. Uma das ideias que me chamaram a atenção em sua fala foi a questão da proliferação de “geografias”. Lembra muito a expressão daquele historiador francês, o [François] Dosse sobre a “história em migalhas”. Esse preâmbulo é para retomar essa ideia da “epistemologia existencial” e o conceito de “situação” que você propõe e tem desenvolvido. Você avalia que esse é um dos conceitos que merece uma atenção maior?

**María Laura:** O de situação. Acho que não havia essa pretensão.

**Ana Cristina:** Acho que na tese de doutorado ainda estava muito embrionário, agora já se passaram mais de dez anos.

**María Laura:** Bom, isso foi no artigo na *Revista Território*, onde falei de situação.

**Ana Cristina:** Particularmente gostei mais do artigo da [Revista] *GEOUSP*, porque há todo um diálogo com os geógrafos franceses, e me pareceu que ali, na medida em que vai descrevendo, são várias paráfrases do trabalho de vários geógrafos, e você demarca a especificidade de sua concepção. Agora não se trata mais de desenvolver um conceito que foi inicialmente proposto pelo professor Milton Santos. Nesse texto parece que há um caminho próprio seu, mesmo sem a pretensão de chegar a uma teoria formulada, pronta, fechada. É uma percepção minha, queria partilhar no sentido de você poder se posicionar. Penso que, em termos de possibilidades da Geografia brasileira, é uma das possibilidades de trabalho que se abre.

**María Laura:** Olha Ana, não sei. Foi pela ideia de situação que cheguei a essa crítica que faço à ideia de “escala geográfica”, como sinônimo de “escala cartográfica”. Tenho a impressão, até porque vi trabalhos que aplicaram isso, que há alguma utilidade, no sentido de encontrar uma epistemologia que supõe a existência do espaço como “híbrido de existências prévias”, essa particularização, essa junção entre o objeto e o evento. Creio que é mais fértil olhar assim do que pensar na distância, as escalas, para abordar a realidade em uma pesquisa. Como vou enfrentar a chamada realidade, metodologicamente, com que instrumentos? E aí me parece que a situação é interessante, porque não me obriga a limites fixos e me permite trabalhar com uma ontologia, a “situação histórica”, que não para de se transformar. Mas essa ideia também me permite uma atribuição, como pesquisador – a seleção das variáveis a considerar com mais força explicativa. Utilizo um conceito para decidir o que tomo da situação empírica. Não digo que a situação seja meia dúzia de variáveis, mas, como pesquisadora, vou pôr os holofotes nessas variáveis. E as outras vou tratá-las como nexos ou como outros elementos explicativos, mas não com a mesma hierarquia. Penso que essa ideia me permite, trabalhando com esta teoria à luz de um fenômeno particular, estabelecer os limites provisórios e a escolha das variáveis. Uma forma mais modesta de ver a realidade e de poder entrar nela, de poder atingir a chamada realidade. Nos últimos anos venho trabalhando, de um lado, essas ideias de método e, de outro, os dois circuitos da economia urbana, que é a minha pesquisa empírica. Algumas coisas estão aparecendo, porque estamos evidentemente inspirados na teoria do Milton, no livro *O espaço dividido*, mas a globalização não existe hoje como naquela época. Estamos trabalhando. Há teses e dissertações concluídas e em andamento de orientandos meus e me parece que estamos avançando. Vendo como são as existências nos lugares, as situações, alguns elementos empíricos que mostram o brutal grau de interferência, hoje, do circuito superior sobre o inferior, que não existiam na década de 1970. Essa aceleração do sistema financeiro e da informação, as formas em que o comércio do circuito superior domina o circuito inferior. Há um afastamento entre os dois, uma brecha que, todavia, não os separa, porque a interdependência é maior do que nunca, mas há uma distância maior entre um e outro. Por quê? Porque a economia superior se acelera, cada vez tem mais recursos próprios ou do Estado para fazer tudo o que faz. Ela comanda as variáveis determinantes da época, e o circuito inferior resulta dessa dominação ao mesmo tempo em que o Estado o abandona. Dessa forma, os graus de carência e de escassez, que criam situações existenciais diferenciadas e complexas, são mais acirrados hoje, me parece.

**Ana Cristina:** Pergunto por dois motivos: um, porque ao falar de situação, nesse sentido, possibilita ao pesquisador esse recorte, e outro porque retoma a importância do sujeito. Com relação à questão da globalização, que traz esse conjunto de problemas, não só com relação à economia, mas com relação à crise ambiental, que põe de forma mais contundente a questão da nossa relação com a natureza, com a democracia e o território. Como você tem visto a globalização nesses desdobramentos? Findando essa primeira década do século XXI, o tempo está muito acelerado, como pensar uma “situação geográfica” num mundo desses, com pelo menos esses três problemas: a crise ambiental, o território e a questão da democracia?

**María Laura:** [A relação entre] Democracia e território preciso trabalhar mais.

**Ana Cristina:** Nessa ideia do “território usado”, há umas filigranas que amarram as coisas.

**María Laura:** Voltando um pouco a essa ideia magistral do Milton sobre a técnica, cujo papel explicativo é fundamental. Não apenas os objetos, sobretudo, a forma de fazer. A globalização representa um estágio superior da história da humanidade no sentido da quantidade de objetos que nos cercam para funções diferentes – uma proliferação técnica – e que leva consigo uma diminuição brutal da espontaneidade – todas as coisas têm um procedimento a ser cumprido. A chamada questão ambiental advém de um uso equivocado ou inapropriado da técnica. Dessa forma, a globalização é um processo que cada vez mais nos permite ver o território geográfico como um híbrido, uma mediação, porque a crise ambiental é o resultado de um território

usado com técnicas que permitem alcançar produtividades e velocidades desnecessárias para a maior parte da sociedade. Muitos objetos técnicos atuais são absolutamente performáticos para determinados atores e provocam desastres para a maioria. A crise vem porque vivemos numa totalidade. Chega uma hora em que as técnicas que dominam vão ter resultados desfavoráveis. Por isso eu frisaria a ideia da técnica como objeto e uso. O problema geralmente não é o objeto, mas seu uso e sua escala. Nesse novo mapa político da América Latina, que é interessante e nos dá alguma esperança, mesmo alguns governos progressistas estão investindo maciçamente em grandes sistemas técnicos e, como geógrafa, não vejo isso como um dado menor ou como algo inexorável. Podemos discutir transformações políticas, novos atores, mas a técnica hoje é um dado central da vida, e se não repensarmos isso juntos, de uma forma que alcance positivamente a maioria da sociedade, não vai resultar um projeto político interessante. Essa é a nossa perspectiva. Vemos a técnica e a política juntas. Sobre a democracia, podemos dizer: “bom, avançamos em alguns pontos porque votamos mais, há mais instâncias de escolha das coisas, há novos atores e ideias políticas, mas, de outro lado, recuamos em outros pontos”. Estamos sendo vigiados 24 sobre 24 [horas], isto é um dado técnico, sensores, câmeras, que usados como estão sendo usados é um dado totalitário. Somos registrados. Os bancos sabem tudo sobre nós, somos contabilizados e rastreados pelas nossas operações comerciais e pelos nossos fluxos. É um sistema de vigilância que naturalizamos. Já se acostumou. Parece normal que a empresa diga o que consumir, que o funcionário solicite seus dados pessoais. É um dado possível da época, porque temos essa base técnica. A autonomia da finança com relação ao resto das instâncias da sociedade também me parece que atenta contra a democracia. Tudo se justifica para que a situação financeira “dê certo”. A democracia também se subordina. O território usado é o retrato mais evidente. Ele congrega tudo isso – a vigilância, a falta de cidadania – e mostra como a vida nos diferentes lugares tem um peso maior, isto ou aquilo, enfim, mostra também como naturalizamos o fato de que a vida possa se desenvolver sem liberdade. Quando a finança e a ideologia do crescimento imperam, um país não alcança o verdadeiro desenvolvimento econômico, porque há lugares e grupos sociais que são abandonados. Não chegamos lá porque existe um sistemismo de violências, todas essas mazelas do período atual. Parece que, por isso, temos um discurso que poderia ser útil, no melhor sentido, útil à sociedade, e precisamos aprimorar a análise, o discurso, a comunicação. Enfim, creio que temos muito a dizer sobre o que está acontecendo.

**Ana Cristina:** Eu acho que sim. Precisávamos de mais diálogo.

**María Laura:** Mas creio que a disciplina tem alguma coisa a dizer. O território, como é usado, é uma síntese de todas as instâncias. É ali que a vida acontece.

**Ana Cristina:** María, falamos muito da interlocução, da visibilidade, do nosso sentimento também de inferioridade. Há alguns ou um grupo de geógrafos brasileiros que você considere expressivos atualmente? Quando digo “expressivos”, não são os mais importantes, digo expressivos em termos de interlocução, desse projeto de trabalho. Aqueles que você considera que tenham interlocução, que perseguem também um projeto nessa direção de formular uma Geografia mais comprometida, renovada?

**María Laura:** É difícil, porque sempre se esquece de alguém que, depois, é imperdoável que se tenha esquecido.

**Ana Cristina:** Temos que contar com a condescendência dos esquecidos, porque sempre há.

**María Laura:** Vou nomear apenas alguns: Lia Osório Machado, que tem uma perspectiva muito rica sobre o país como um todo; Roberto Lobato Corrêa, Maurício de Abreu, Maria Célia Nunes Coelho. Evidentemente, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Rogério Haesbaert, Márcio Piñon e sua discussão sobre cidadania. Aqui, no Estado de São Paulo, temos um diálogo com Maria Encarnação Beltrão Sposito, agora, sobretudo, com a discussão sobre as cidades médias; com Raul Borges Guimarães, que trabalha com o “território usado” e a saúde. Em Campinas, com Ricardo Castillo, Adriana Bernardes e Márcio Cataia. Aqui, em casa, tenho um diálogo privilegiado com Mônica Arroyo, Fabio Betioli Contel, que foi meu orientando, e com as minhas professoras e colegas Maria Adélia de Souza e Rosa Ester Rossini. Em Florianópolis, o excelente trabalho de Leila Dias, sobre finanças e território, tem sido muito inspirador.

**Ana Cristina:** Muita gente “esparramada”?

**María Laura:** Muita mesmo. Fortaleza é um centro importante, dialogamos com vários colegas. Em Belém, quem tem um trabalho muito rico é o do Saint Clair sobre as cidades.

**Ana Cristina:** Ah sim, eu o conheci.

**María Laura:** No Recife, Alcindo José de Sá, que tinha feito aqui um trabalho muito interessante sobre modernização agrícola e agora trabalha com o sistema carcerário. Aldo Dantas, em Natal, também tem uma preocupação com saúde. Em Brasília, a já clássica, porém sempre crítica, contribuição de Aldo Paviani. Mas também o trabalho de Marília Steinberg. Em Goiânia, tive um diálogo mais próximo com João de Deus e Eguimar Chaveiro, meus colegas aqui.

**Ana Cristina:** O João agora está na administração universitária e orientando. Ele é diretor do Instituto [Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia]. O Eguimar está orientando, publicando.

**María Laura:** Há muitos geógrafos no Brasil que escolheram problemas relevantes, formularam perguntas pertinentes e relevantes sobre os problemas contemporâneos. Isso é ser crítico. Não é produzir coisas que já foram feitas, mas produzir coisas novas. Enfim, acho que se trata de “Geografias” no plural, mais do que nunca.

**Ana Cristina:** E bastante provocadoras, em alguns aspectos. Na medida em que colocam questões, temáticas para as quais não havíamos atentado, mas nos chamam a atenção.

**María Laura:** É isso que define o que é ser crítico. Ver as especificidades do período e como ele é tratado. Creio que com a preocupação de manter a coerência das teorias.